

## IMAGENS E MEMÓRIAS QUILOMBOLAS NA LUTA POR DIREITOS HUMANOS O BRASIL CONTEMPORÂNEO

Gizelda Alves Hengstl<sup>1</sup>

*Para Maurícia Maria de Jesus – Dona Maria in memoriam.*

### Resumo

Quilombo Rio dos Macacos (2011), é um filme documentário de curta metragem dirigido por Josias Pires, que retrata um conflito entre uma comunidade quilombola – Quilombo Rio dos Macacos e a Marinha do Brasil. Este filme promove um debate necessário em torno das recentes políticas de reparação e promoção da igualdade racial no Brasil. Os entrevistados, três gerações de famílias quilombolas que vivem neste território há muitos anos, e que se declaram analfabetos, são no entanto, pessoas politizadas e conhecedoras dos seus direitos enquanto cidadãos brasileiros e enquanto cidadãos quilombolas. Este ensaio pretende contribuir com o atual debate em torno dos acontecimentos referentes a este conflito.

### Palavras-chaves

Movimento popular, Filme dokumentário, Política quilombola no Brasil.

### Abstract

Quilombo River of the Apes (2011), is a short documentary film directed by Josiah Pires, who portrays a conflict between a Maroon - Quilombo River of the Apes and the Navy of Brazil. This film promotes a necessary debate around the recent reparation policies and promotion of racial equality in Brazil. Respondents, three generations of maroons families living in this territory for many years, and who declare themselves illiterate, however, are politicized and knowledgeable people of their rights as citizens and as Brazilian maroons citizens . This essay seeks to contribute to the current debate on events relating to this conflict.

### Keywords

Popular movement, documentary Film, Politics Quilombo in Brazil.

## Introdução

A captação de imagens do movimento popular é resultado de uma relação pré-estabelecida entre o cinegrafista e os interesses daquele movimento a ser filmado. Ali se estabelece uma relação político-ideológica, na qual a lente ocupa o papel de mediadora na elaboração da linguagem. O documentário aqui analisado traz apenas treze sequências, em sua maioria depoimentos de moradores da comunidade. As imagens ganham um enorme significado, pelo fato de focalizar um confronto, onde se observa uma relação de forças desiguais que reflete em sua essência, um desgaste sutil da democracia do país. Por um lado vemos uma comunidade de negros quilombolas, que dado à sua extrema vulnerabilidade e empobrecimento material, desperta a solidariedade de diversos grupos sociais, organizações não governamentais, organizações civis assim como instituições governamentais. Por outro lado, assistimos ao espetáculo alegórico da Marinha do Brasil, que, assumindo o lugar de forças armadas, questiona os direitos dos quilombolas confrontando-se assim com a Constituição Federal.

Este ensaio lança um olhar sobre a proposta denunciante do documentário de Josias Pires, que mostra em dez minutos e quarenta e nove segundos de imagens, o drama deste conflito com cenas até então inacessível para a maioria. As formas de linguagem que se configuram ao longo do filme, revelam sobretudo a incompatibilidade de forças entre as partes do conflito. Sem dúvida, uma forma de promover mais discussão política sobre o tema e assim mais engajamento por parte da sociedade.

O filme traz à luz dos dias atuais, sombras e marcas sinistras de um passado que surpreendentemente encontra-se presente e bem próximo aos olhos de todos. São cenas reveladoras e contraditórias, especialmente diante dos avanços observados nas atuais discussões sobre as políticas de reparação e promoção da igualdade racial no Brasil. As imagens comprometidas com este debate, denunciam violências vividas por trabalhadores, crianças e idosos, que, por serem oficialmente reconhecidos como descendentes de escravos, optaram por permanecer e defender seu território e sua cultura quilombola. Este é efetivamente o motivo pelo qual estas pessoas vêm sendo submetidas às torturas psicológicas e obrigadas a viverem à margem dos direitos básicos de cidadania.

Neste filme, os entrevistados que se declararem analfabetos, comprovam no entanto, um amplo conhecimento sobre seus direitos enquanto cidadãos quilombolas no Brasil e entendem a importância de sua luta. Sem filtros televisivos, eles expõem com detalhes, os seus dramas e a situação de completa miserabilidade na qual se encontram. No estilo do *Direct Cinema* estabelecido nos anos 60 e 70, a câmara dirigida por Josias Pires é trazida nas mãos. O *Quilombo Rio dos Macacos*, está localizado no município de Simões Filho, estado da Bahia no Brasil.

### **O Olhar da Lente – uma análise sequencial.**

Já nos primeiros dez segundos do filme, uma das representantes deste quilombo – Rosemeire, declara em off, sobre o recebimento de uma certidão que comprova a legitimidade dessa luta: “A gente tem uma certidão reconhecendo que a gente somos [sic] quilombola, a gente é de geração mesmo de escravos”.<sup>2</sup>

Com um travelling lateral para a direita, a meia altura, o documentário inicia-se privilegiando a paisagem natural, e preservada, que corresponde a vasta e belíssima região da chamada Barragem dos Macacos. O tom agudo de ruídos ambientais destaca o canto dos pássaros, paralelo à fala da jovem representante do movimento ainda nos primeiros dez segundos do filme : “... a minha avó nasceu e se criou aqui. Ela tem cento e onze anos”.<sup>3</sup>

Na segunda sequência a câmera mostra a vida da comunidade por alguns poucos segundos, em um plano geral. Inesperadamente a câmera dribla a atenção do público e enquadra em primeiro plano, o rosto de uma menina negra, com cabelos trançados e olhos muito vivos que pairam diante da lente. A câmera posicionada de cima tenta reduzir a sua imagem aos olhos do público. No entanto, o olhar insistente da menina dribla a técnica e a teoria da imagem e comunica-se com o público de forma clara durante quatro segundos seguidos, como que em um confronto com o poder daquele enquadramento.

Aquele olhar se traduz em um questionamento da mais nova geração daquela comunidade descendente de escravos no Brasil. Os olhos pretos, o semblante sério, sinalizam sua percepção sobre os problemas aos quais está vulnerável. Segundo Sergei

Eisenstein, que na história internacional do cinema ficou conhecido como “o pai da montagem”, o primeiro plano é uma espécie de imagem superior diante das outras imagens em um filme.<sup>4</sup> O primeiro plano consegue relacionar as diversas outras imagens, estabelecendo uma referência ao tema que está sendo tratado. O diretor Josias Pires foi sem dúvida muito feliz na escolha do rosto de uma criança para este enquadramento. Esta cena pontua a discussão por ele sugerida no documentário, especialmente sobre o futuro daquela comunidade. De acordo com a interpretação do filósofo Gilles Deleuze sobre o primeiro plano, em sua obra *Cinema I*, “se pode fazer duas perguntas ao rosto: O que você pensa? Ou, o que há com você, o que você sente e ressentido?”<sup>5</sup> Podemos sugerir que no caso da menina quilombola, estamos diante de um rosto reflexivo. Aquele rosto se destaca dos demais, justamente devido ao seu silêncio e a maturidade precoce que ele transmite.

Aquele olhar fixo na câmera, impõe questionamentos e responsabilidades no tratamento da questão. Tanto no que diz respeito ao resultado apresentado por Pires, quanto ao compromisso que envolve o público. A menina negra com cerca de cinco anos de idade, traz uma boneca branca e loura nas mãos. Ela não sorri e não se expressa verbalmente. Imóvel, toda a sua comunicação se reflete através do seu olhar contemplativo para a câmera. Observa-se nesta sequência a relação de cumplicidade entre o diretor e o tema por ele escolhido. Mais do que revelar a presença de crianças nesta comunidade, esta cena traz em sua conotação, algo como uma cobrança. Com sua boneca branca e loura, é como se aquela menina, imóvel, questionasse aos donos do poder sobre o seu direito a uma infância com dignidade e cidadania. Sua mímica com lábios parados um pouco retidos para as laterais e para baixo, demonstra sua indignação diante dos fatos que o estado brasileiro lhe impõe. São contradições constantes, assim como a boneca loura, que faz parte do cotidiano de muitas meninas negras no Brasil. A discussão sobre a produção de bonecas negras no Brasil é um tema bastante recente. Bonecas no Brasil são basicamente brancas. Segundo a autora Liv Sovik em seu livro *Aqui ninguém é branco* esta questão pode ser vista como: “mais uma articulação silenciosa da hegemonia branca”<sup>6</sup>. A presença das bonecas brancas, de olhos claros no mercado de brinquedo pode, por exemplo, ser relacionada à raquítica presença do negro na mídia brasileira. Este é um tema relevante e requer uma atenção especial, porém foge ao enquadramento deste artigo.

O diretor dinamiza a montagem ao trazer de volta a continuidade do depoimento da primeira sequência, ainda em off. Este retorno formata a terceira sequência com a voz de Rosemeire. “A gente não dorme de noite, quando a gente cochila, a gente acha que não vai acordar mais, porque de noite, o fundo das nossas casas é cheio deles.” A câmera subjetiva investiga as folhagens. O operador de câmera caminha com a câmera na mão, voltada para cima, entre as plantações de banana, de manga, de coco entre de outras.

Ainda neste percurso entra o tom de uma outra entrevista. Em off ao final da terceira sequência, soa a voz de uma mulher idosa – “era muito bom isso aqui, era muita alegria, era muito bom, meus filhos nasceram todos aqui”. O operador de câmera caminha não mais focalizando as folhagens, mais sim a distância, uma casa humilde e sem pintura. Ele segue em direção à casa de Dona Maria. Esta voz transmite uma memória positiva da comunidade, porém se percebe, que o verbo na sua fala é sempre conjugado no passado – antes da Marinha do Brasil chegar naquela região. Dona Maria é a mais antiga moradora do Quilombo. Uma anciã mencionada no início do Filme com cento e onze anos. Vale observar que o filme foi feito em 2011. O drama se instala na quinta sequência com a fala de Dona Maria, a partir da inocência que se percebe em suas indagações sobre a forma de tratamento que vem recebendo. “Eu nasci e me criei aqui moço, porque eles estão agora com esta perseguição querendo que eu saia daqui?” A extrema vulnerabilidade de Dona Maria, demonstra a ineficácia de legislações que garantam os seus direitos básicos, enquanto uma cidadã idosa e membro de uma comunidade quilombola. É neste patamar que reside as marcas de uma estrutura nacional neocolonialista, que, baseadas historicamente em parâmetros de exclusão, agem contra inúmeras comunidades tradicionais no Brasil. Dona Maria nasceu no Quilombo Rio dos Macacos, ali ela casou e teve muitos filhos, netos e bisnetos. Em sua voz pacificadora ela clama por justiça. Ainda na quinta sequência, o apelo da anciã é dirigido ao operador de câmera: “Agora eles ficam dizendo que nós somos invasor. Nós não somos invasor não moço, quando eles chegaram acharam a gente”.

Com cento e onze anos, lúcida e forte para a sua idade, Dona Maria é o mais completo banco de dados da memória oral da sua comunidade. No entanto, revela que as autoridades da Marinha do Brasil sugeriram que ela fosse embora dali, pois eles precisavam do lugar. “Vá pra algum lugar, pra casa de algum parente”. O argumento da Marinha chega aos nossos olhos desprovido de qualquer responsabilidade humana. A

casa de Dona Maria, na concepção “deles”, deve ser derrubada para a ampliação do conjunto residencial dos oficiais.

Em janeiro de 2013 um artigo intitulado “Falsos quilombolas ameaçam a base naval de Aratu”,<sup>7</sup> assinado pelo comandante vice-almirante do 2º Distrito Naval Antônio Fernando Monteiro Dias, serve, paradoxalmente, para mostrar a discrepância da situação refletida nas imagens do diretor Pires.

Em sua publicação, o comandante Dias descarta a credibilidade de documentos oficiais do Estado que declaram a legitimidade do Quilombo Rio dos Macacos, ao passo em que define a comunidade como “falsos quilombolas”.

“Hoje, esse imenso patrimônio do povo brasileiro está ameaçado por algumas pessoas que se auto-intitulam ‘quilombolas’ e ocupam, de forma predatória e irregular, uma área de mata da União que se destina à proteção dos mananciais da Barragem dos Macacos, essencial para as organizações militares do Complexo Naval de Aratu”.<sup>8</sup>

A partir desta publicação o comandante Dias deu entrevistas ao „Jornal Bahia Notícias“,<sup>9</sup> permitindo-se ser fotografado e ganhou espaço em blogs e redes sociais. A elegância do comandante da Marinha do Brasil – um euro-brasileiro devidamente uniformizado em branco e ouro, expondo suas ideias em uma sala luxuosa, serve de parâmetro para se perceber a disparidade entre os dois mundos existentes hoje no mesmo território. A situação atual deste conflito, nos reporta às palavras do manifesto Estética da Fome – “A América Latina permanece colônia e o que diferencia o colonialismo de ontem do atual é apenas a forma mais aprimorada do colonizador”.<sup>10</sup>

É possível se perceber perfeitamente a estrutura alegórica contida nas afirmações do comandante Dias, tanto no que diz respeito à Base Naval, quanto ao tratamento dado por ele aos quilombolas. Em seu artigo, ele cita uma série de obras de grande porte e significativas no âmbito político e estratégico do país, citando “a Força”, como metáfora de poder e de confronto.

“[...] ‘Localizada em posição privilegiada no centro do litoral brasileiro’, [...] ‘importância estratégica’, [...] ‘A segunda maior base naval do país’, [...] ‘esse imenso patrimônio do povo brasileiro’, [...] ‘a Marinha respeita os direitos das minorias’, [...] ‘a Força — que trabalha em cooperação com as autoridades do governo federal’ ”.<sup>11</sup>

As obras e o status da Base Naval citadas pelo comandante Dias, fazem certamente, referências ao desenvolvimento técnico no país. No entanto, lamentavelmente, estas obras parecem ser, aos olhos do oficial, superiores aos valores históricos e culturais do país e sobretudo superiores à existência humana daquela comunidade. Os Negros daquela comunidade são, na interpretação do oficial, nada mais que uma minoria de predadores e “ocupantes irregulares” entre outras expressões negativas sobre a Comunidade Quilombola Rio dos Macacos encontradas ao longo de seu artigo:

“ ‘falsos quilombolas’, ‘pessoas que se auto-intitulam quilombolas ocupam, de forma predatória e irregular...’, ‘minorias’ ‘supostos quilombolas’, ‘ocupantes irregulares’, ‘alguns poucos’ ”.<sup>12</sup>

Segundo o pesquisador Ismail Xavier em seu artigo *A alegoria histórica* (2005) , o estereótipo é também uma forma alegórica e estratégica de falsificação.

“Sem dúvida o estereótipo possui uma dimensão alegórica, pois corresponde a uma forma de representação pela qual a idéia genérica (idéia pré-concebida) sobre um grupo social encontra sua “ilustração”, ou concretização numa única imagem ou narrativa composta especificamente para confirmar aquela generalização falsa”.<sup>13</sup>

A forma estereotipada como o autor se referiu ao conjunto de pessoas das quais a Marinha do Brasil se fez vizinho, instalando sua habitações a partir dos anos 70, salientam uma série de outros aspectos político neste debates. A narrativa do Comandante Dias tem como objetivo mudar o foco das atenções ressaltando aspectos importantes da Marinha do Brasil. Para isto ele desqualifica e generalizando de forma negativa a comunidade quilombola, atendo-se especialmente em uma falsa dicotomia: Não são quilombolas e são predadores. Assim, ele ignora absolutamente o fato real da existência de um quilombo naquele território, apesar de ter conhecimento oficial deste fato. O artigo “Falsos quilombolas ameaçam a base naval de Aratu”, faz-se importante por focalizar de forma clara o ponto central deste debate, a partir do olhar do outro grupo – referencial este, que não se encontra no Filme de Josias Pires.

O conflito se acirrou nos últimos três anos, a partir do projeto de ampliação do conjunto habitacional da Marinha. Porém, é um processo que vem depreciando a comunidade quilombola desde a instalação da Base Militar da Marinha entre os anos 60 e 70, quando

foram retiradas cerca de 50 famílias desta área, para a construção das habitações dos militares. Todo este processo ocorreu de forma isolada e silenciosa, dado a precariedade de comunicação na época. Sobretudo devido a consciência política desta comunidade sobre os seus direitos de cidadania, paralelo à eficiência de mobilização a partir dos meios de comunicação modernos, é que os fatos atuais ganharam repercussão nacional e internacional.

Durante a entrevista com Dona Maria o entrevistador se faz presente no filme. Ouve-se as suas perguntas dele em off. A câmera mostra Dona Maria. Ela afirma que as relações entre os oficiais da Marinha do Brasil e a comunidade, quando da chegada “deles” – os oficiais, nos anos 70, não eram boas, mas dava pra viver. E entende a atitude dos oficiais hoje como algo inaceitável e se impõe. (quinta sequência):

“De uma hora pra outra eles tomaram essa atitude, e diz pra mim: ‘nós estamos precisando fazer prédio aqui prós fuzileiro. Vá pra casa de uma parente...’ e como é que eu vivi a minha vida toda aqui moço, a minha mocidade toda aqui, trabalhei aqui... eu vou sai daqui só pra morrer na casa de um filho? Eu não posso sair”.

Diante do confronto que se instalou neste território, o governo federal através da Fundação Palmares buscou avaliar a situação, no sentido de solucionar o impasse. Esta Fundação, mediante pesquisas específicas sobre a região e as pessoas que ali vivem, constatou ser esta, de fato, uma comunidade descendentes de escravos. Em 04 de outubro de 2011 o Diário Oficial da União, publicou o certificado de reconhecimento da comunidade Rio dos Macacos como Comunidade de Quilombola. Fato é que a própria Constituição Federal da República no Artigo 68 e Ato das Disposições Constitucionais Transitórias 215 e 216, assegura a qualquer povo descendentes de escravos a permanecerem no território onde vivem.

Dona Maria, com seus cento e onze anos, conclui a sua fala com uma pergunta: “eu vou sair daqui só pra morrer na casa de um filho?” e imediatamente responde a si mesma direta e clara: “Eu não posso sair”. Neste segundo, o seu olhar demonstra angustia e medo. É como se naquele momento ela tivesse se dado conta do poder daquela máquina, no sentido de veicular aquele seu posicionamento. Sua expressão facial é tomada por um semblante de tristeza. Especialmente nesta ultima tomada do rosto de Dona Maria,

cria-se um triângulo de estreitamento no dialo entre a entrevistada, a câmera e a Maria do Brasil.

Dona Maria é parte natural daquela terra. A câmera lhe transporta numa dimensão global, dificilmente imaginada por ela. A repercussão daquela imagem traça uma rede complexa de informações e abre inúmeras discussões de cunho pós-colonialista, a partir de aspectos psicológicos, históricos e políticos contidos na fala da anciã. É a recapitulação e atualização da estrutura pós-escravocrata e neocolonialista, na qual ela nasceu, se criou e chegou a terceira idade.

O espectador continua a ouvir em seu subconsciente, a frase que se repete constantemente. “Eu não posso sair”, “eu não posso sair”. É bem possível que Dona Maria nunca tenha se posicionado de forma tão clara, diante das autoridades nacionais e internacionais a quem este conflito diz respeito.

Segundo uma carta da CONAQ (Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombola), aberta à sociedade e publicada em 19 de julho de 2012, as perdas e as violações impostas à comunidade Rio dos Macacos são incalculáveis:

“Ao longo destes anos as famílias quilombolas passaram por violações e Humilhação dos seus direitos, chegando ao ponto de não ter o que Comer, Vestir, onde Morar, sem Serviços Médicos e Educacional, [sic] pois a Marinha não deixava que os quilombolas tivessem acesso. Os soldados invadiam seus quintais, arrancavam suas lavouras e até mesmo jogavam veneno nas plantações e cercavam o acesso dos quilombolas à água, algo jamais visto a não ser em um período de guerra quando as potências querem destruir outra”.<sup>14</sup>

O cientista social Carlos Moore em sua obra *Racismo e sociedade* (2007), defende a tese de que a escravidão dos africanos promovida tanto pelos árabes quanto pelos europeus é um fenômeno proveniente da questão racial. Desta forma o racismo permanece presente na sociedade capitalista moderna.<sup>15</sup> Segundo o artigo 5 da Constituição Federal do Brasil o racismo é crime inafiançável e imprescritível. No entanto, no caso do Quilombo Rio dos Macacos, a violação dos direitos nas mais diversas esferas da existência desta comunidade, vem ocorrendo abertamente por parte de um órgão federal do Estado brasileiro – a Marinha do Brasil.

Na sexta sequência deste documentário temos o depoimento de Dona Olinda filha de Dona Maria. Aqui aparece pela primeira vez no filme de Pires uma aproximação entre os membros da comunidade. Dona Olinda fala ao lado de Dona Maria e há uma cumplicidade entre as duas. Enquanto ela relata em off, sobre a construção do conjunto residencial da Marinha nos anos 70, é mostrado imagens dos prédios e das casas dos oficiais. É possível perceber uma certa clandestinidade da filmagem, dado a precariedade daquelas imagens. A câmera dançante em um carro com uma velocidade pouco adequada para a captação de uma boa imagem, em um travelling lateral para a direita, mostra uma (outra) arquitetura. A câmera posicionada de baixo para cima acentua a imponência daquela arquitetura que se diferencia brutalmente das edificações da comunidade quilombola. São prédios e casas bem elaboradas, bem pintadas e decoradas com jardins.

No depoimento de Dona Olinda, ela descreve o teor de violência da Marinha do Brasil ao tratar os moradores do quilombo. Ela critica o atual momento (entre 2010 e 2013) e compara com épocas passadas, como a ditadura militar no Brasil. Dona Olinda, no entanto, não denomina o período como tal. Em sua fala ela utiliza metáforas fazendo referência à aquele momento político. (Sexta sequência):

“Eles ainda estão pegando o bonde do passado. Porque eles falam em pau de arara, falam de perversidade, fazem sinais de perversidade pra gente, como que vai machucar e nos vivemos com medo. Nós vivemos oprimidos e com medo aqui”.

O “pau de arara” – uma das torturas mais cruéis usadas pelo regime militar brasileiro para castigar os opositores do governo quando eram detidos, é uma referência clara daquela época. A conotação deste termo paira na memória cultural de muitos brasileiros que viveram aquela fase, como também das gerações seguintes.

Dado a vulnerabilidade desta comunidade frente ao poder da Marinha do Brasil, uma comissão composta por algumas Instituições reconhecidas no âmbito dos direitos humanos,<sup>16</sup> buscam interferir no processo jurídico deste conflito, através da elaboração de um documento de apoio aos quilombolas.

O documento foi enviado em 2012 aos seguintes órgãos internacionais: Organizações das Nações Unidas (ONU), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização dos Estados Americanos (OEA), na esperança de que estes órgãos pressionem o estado

brasileiro a agir de forma lícita com esta comunidade. As 17 páginas do documento listam uma série de dados sobre a história da comunidade e os embates jurídicos já vivenciados. Também constam neste documento, depoimentos de moradores sobre as ameaças e práticas inadequadas de tratamento que eles vêm recebendo desde que a Marinha se instalou na região. Na oportunidade foram reinvidicadas também uma longa lista de direitos básicos e imprescindíveis à vida de uma comunidade. Desde que se instalou na região a Marinha passou gradativamente a dificultar o acesso desta comunidade à escola, energia elétrica, postos médicos, à água potável, ao direito de cultivar suas plantações de subsistência e até mesmo ao direito de entrar e sair livremente da área.

Na sequência sete, o filme mostra a entrevista com Sr. Edgar, um idoso, morador do Quilombo que aparenta cerca de setenta anos. Ele conta que toda aquela região pertencia a um só dono há séculos atrás. Ali existia uma fazenda com engenho de cana. Com a falência da produção de açúcar, os donos das terras abandonaram aquela região e quem ficou morando lá foram os trabalhadores Negros que trabalhavam e moravam ali na fazenda. Em depoimento ao G1- Bahia<sup>17</sup> a socióloga Vilma Reis, presidente do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra da Bahia (CDCN-BA), uma das ativistas que vem acompanhando este processo, declara: “as correntes de ferro que eram usadas para a tortura de escravos na fazenda continuam lá para quem quiser ver”. O valor simbólico que estas correntes trazem na representação da tragédia humana que foi a escravidão no Brasil, aliado às palavras de Dona Maria nos dias de hoje – “Nós não somos invasor não moço, quando eles chegaram aqui acharam a gente”, são elementos emblemáticos desta história.

Ainda paralelo ao relato de Sr. Edgar, a câmera faz um panorama da região e alcança a arquitetura moderna do outro lado do vale, área onde foram construídos os prédios da Marinha na década de 70. Sr. Edgar vivenciou cada passo:

“Ali moravam cerca de 50 Famílias. Eles botaram todo mundo pra fora sem direito a nada. Nós sempre vivemos do que a gente plantava. Ainda temos banana, cacau, manga, jaca, coco e outras coisas. Mas aipim e mandioca, isso nos paramos de plantar porque eles não deixam.”

As falas no filme de Josias Pires são basicamente entrevistas e depoimentos individuais. O cineasta e pesquisador Jean-Claude Bernardet em sua obra *Cineastas e Imagens do Povo* (2003), classifica duas categorias de falas para o “cinema direto”:

“Podemos dizer que o som direto criou duas grandes categorias de falas: as que o documentarista captava no ambiente em que filmava e as que ele provocava. No primeiro caso, encontramos desde o discurso oficial, isto é, a fala programada para determinado evento independente do filme até espontâneas conversas de rua. (...) A segunda categoria é constituída principalmente por entrevistas, depoimentos e também, mas muito raramente, por diálogos, debates entre diversas pessoas”.<sup>18</sup>

No filme de Pires encontramos as duas categorias observadas por Jean-Claude Bernardet. Na fala de alguns participantes fica claro que eles foram perguntados e “provocados” a falar. Porém, na fala da maioria dos participantes, se observa um engajamento político com o tema e portanto uma maior liberdade de expressão. Também neste filme não se encontra diálogos entre diversas pessoas diante das câmeras.

O Sr. José Rosalvo, o pai da menina, que no início do filme foi mostrado o close do rosto, deu entrevista em frente a sua casa. A câmara abandona o “plano próximo” que de início estava concentrado em Sr. Rosalvo, e se desloca em travelling lateral para alcançar a sua família a direita. A mulher acompanhada de duas filhas, é mostrada na lateral em “plano americano”. A casa é mostrada por vezes no centro da imagem outras vezes como pano de fundo. Em estado emergencial, a casa não possui parede frontal, encontra-se aberta em forma de caverna, em parte coberta com plástico e escorado por madeira. A câmara concentra alguns segundos na casa e volta-se pra família. A mulher resguardada não fala, mantém-se ao lado de duas meninas que observam detalhadamente os trabalhos de filmagem. Sr. Roseval é um homem politizado e bem informado sobre os seus direitos como cidadão.

O mesmo se aplica a Rosemeire, uma jovem Negra militante do movimento quilombola. Ela é uma das representantes do Quilombo Rio dos Macacos nos momentos de tentativas de negociações junto às instituições do governo. Em um dos seus depoimentos, a câmara em “grande plano geral” mostra uma área onde eram feitas as plantações de mandioca. A câmara se volta para a entrevistada em um “plano próximo”

quando ela relata sobre a proibição da Marinha quanto às plantações de subsistência. (Nona sequência):

“A gente plantava muita mandioca e aipim e tinha uma mulher ali que tinha casa de farinha. Ela fazia farinha, tapioca, bolo de aipim. Mas agora a gente não planta mais, porque a Marinha não deixa e a casa de farinha foi destruída”.

De volta ao depoimento de Sr. Edgar, fica explícito a relação de opressão exercida por parte da Marinha neste conflito: Na décima sequência ele confessa: “A minha família mora como um bolo, tudo em uma casa só. Três famílias. Porque se a gente tentar construir casas eles derrubam.”

A câmera em um travelling frontal, segue os passos de um homem jovem, pegando a parte de trás de seus pés e vai abrindo em um “plano Conjunto” onde mostra a frente da sua casa. Dentro da casa fica quase impossível visualizar qualquer imagem. A câmera percorre os cantos escuros, a iluminação é estoura, no confronto com os raios de sol que penetram através dos buracos entre a parede e o telhado. Trata-se de uma casa muito pequena, de apenas um quarto, que encontra-se prestes a desabar.

A decadência de uma casa de barro, em forma de um quarto escuro, sem janelas, completamente rachada, escorada com madeira, é uma das marcas da qualidade de vida encontrada no Quilombo Rio dos Macacos. José Mesias revela diante da câmera que tem trinta anos, que é nascido e criado na comunidade, onde sua mãe, sua avó e sua bisavó nasceram e se criaram. Ele mostra a casa e confessa sobre o risco que corre por estar construindo uma outra moradia ao lado. (Décima primeira sequência):

“Essa casa vai cair. A qualquer momento quando der uma chuva esta casa vai cair. Eu resolvi construir um quarto e sala aqui do lado, mas sei que a qualquer momento eles podem vir derrubar. Eles derrubam mesmo. Assim como derrubaram a casa que meu irmão construiu. Eles vieram com 120 homens, tudo bem armado e derrubaram a casa. Até a criancinha de dois anos, que se aproximava deles chorando, porque estavam derrubando a casa do pai dela, eles apontaram a arma pra ela e disseram para não se aproximar, porque eles iriam atirar. Qualquer pessoa que se aproximasse eles podiam atirar”.

Fatos como estes ocorridos entre a Marinha do Brasil e o Quilombo Rio dos Macacos, demonstram o descaso político das autoridades municipais, estaduais e federais frente as legislações vigentes.

Ao lado de sua mãe Dona Olinda, Rosemeire, neta de dona Maria, relata na décima segunda sequência, sobre algumas necessidades básicas, das quais elas são proibidas.

“A gente não tem banheiro, porque não temos autorização para construir rede de esgoto, eu já tentei, não é permitido. A gente tem um lugar assim onde fazemos as ... tomamos banho. Eles inentram [sic] no lugar onde a gente toma banho, a gente pode estar nua cuma [sic] for, eles inentram [sic]. Eles já entraram em casa de morador aqui, de cavalo. Entrou na frente e sai na porta do fundo e furaram todos os alimentos que tinham na casa.”

Nos últimos segundos do filme – (décima terceira sequência), as palavras de Sr. Rosalvo deixam claro o seu nível de consciência política. Ele tem conhecimento sobre as leis que asseguram o bem estar e a qualidade de vida, das quais eles vêm sendo impedidos. Ele entende que por muito tempo estavam escondidos da mídia e dos olhos de todos, mas que isto é coisa do passado e desabafa:

“Sem direito a uma casa digna, sem direito de trabalhar, sem direito de estudar, sem direito a água e luz. Toda infra-estrutura que um ser humano tem, e como a gente sabe que por lei tem que ter, as suas melhoras na suas vidas, a gente aqui somo escondidos [sic]. Estávamos escondidos.”

### **Considerações finais**

O documentário *Quilombo Rio dos Macacos* dirigido por Josias Pires, revela-se como um documento de importância para o movimento das comunidades tradicionais quilombolas e para o avanço nas discussões sobre as políticas de reparação e promoção da igualdade racial. As imagens sem ilusões, sem maquiagem, trazem à luz dos século XXI as fraturas ainda expostas, da trágica história da escravidão no Brasil. Mesmo 125 anos após a publicação da Lei Áurea – que deu fim (oficialmente), ao sistema escravocrata brasileiro, chegam aos nossos olhos cenas originárias de uma relação

excluyente entre grupos étnicos antagónicos. Em um claro retrocesso político, observa-se um impacto cultural que historicamente teve em sua prática a repressão e a violência.

Passo a passo, outras manifestações culturais entre artistas e ativistas a favor desta comunidade quilombola vem surgindo na Bahia desde o lançamento do Filme de Josias Pires. Dois exemplos já bem conhecidos é a Campanha “Somos Quilombo Rio dos Macacos” e o RAP “A Força dos Gorilas” 2012, criado em homenagem ao Quilombo Rio dos Macacos, aqui uma passagem da letra:

“Antigamente, escravidão. Hoje em dia, racismo pobreza, rejeição, de preço à repressão herói branco da pátria matou um milhão de índios roubou sua terra e tu que é o ladrão? Não! [...]Se um macaco incomoda muita gente, um rio de macacos incomoda muito mais”.<sup>19</sup>

Estas manifestações culturais, paralelo à mobilização da própria sociedade civil, demonstram que a população Negra está atenta. As declarações e imagens do estado de miséria absoluta espelhadas no filme *Quilombo Rio dos Macacos*, são reveladoras e urgentes de uma política de reparação mais ágil.

<sup>1</sup> **Gizelda Alves Hengstl** é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (Brasil) e fez o mestrado em Ciências Sociais e Ciências da Comunicação pela Philipps Universität Marburg (Alemanha). Atualmente é doutoranda em Ciências da Comunicação – Teoria, Análise, História do Cinema e TV na Philipps Universität Marburg.

<sup>2</sup> Vale ressaltar que optei por transcrever a fala dos entrevistados na íntegra.

<sup>3</sup> Antes de terminar este artigo fui surpreendida com a notícia do falecimento da anciã Maurícia Maria de Jesus, mais conhecida e citada no Filme como “Dona Maria”. Abaixo segue a nota publicada por Nádia Rosário – Coordenadora do Núcleo de Ações em Quilombos (NAQ), da Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Bahia (CDA):

„Em 25 de junho de 2013, morre uma das mulheres centenárias da Comunidade Quilombola Rio dos Macacos. Nesta madrugada, faleceu no Hospital do Subúrbio, dona Maurícia Maria de Jesus, de 113 anos, avó de Rosemeire dos Santos. Ela era uma das mulheres centenárias da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos. O sepultamento foi hoje, às 16h, no Cemitério Municipal de Simões Filho. Morre história, memória, mulher, negra, raiz, parente, colo, avó, mãe, filha desse chão de pertencimento mútuo... Dona Maurícia morreu... Viva Dona Maurícia!!! Vivos sejam os Direitos Quilombolas! Morte emblemática: que estejamos Vivos e unidos nesta luta... porque a luta continua e Dona Maurícia é agora um dos Encantados... e é por nós! Axé!“

<sup>4</sup> Eisenstein Sergej: *Das Dynamische Quadrat*. Leipzig 1988, p. 37 e 38.

<sup>5</sup> Deleuze, Gilles: *A imagem movimento – Cinema I*. São Paulo, p. 104, 105. (Do original *L’image-mouvement*, Paris, 1983).

<sup>6</sup> Sovik, Liv: *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro 2009, p. 40.

<sup>7</sup> <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2013/01/16/falsos-quilombolas-ameacam-base-naval-de-aratu-482537.asp>

<sup>8</sup> Id. Ibid.

<sup>9</sup> <http://www.bahianoticias.com.br/principal/noticia/129614-rio-dos-macacos-039-falsos-quilombolas-ameacam-a-base-naval-de-aratu-039-diz-comandante-da-marinha.html>

<sup>10</sup> Rocha, Gauber: A estética da fome. Em: Gomes, J. Carlos Teixeira: Glauber esse vulcão. Rio de Janeiro, 1997, p. 594 – 599.

<sup>11</sup> <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2013/01/16/falsos-quilombolas-ameacam-base-naval-de-aratu-482537.asp>

<sup>12</sup> Id. Ibid.

<sup>13</sup> Xavier, Ismail: “A alegoria histórica” em Ramos, Fernão Pessoa (org.), Teoria Contemporânea do Cinema – Pós-estruturalismo e filosofia analítica, volume I, São Paulo 2005, p. 349.

<sup>14</sup> Boletim da ONG *Justiça Global* – Brasil publicado em 19 de julho de 2012. <http://global.org.br/programas/carta-da-conaq-e-do-conjunto-dos-movimentos-sociais-do-campo-e-da-cidade-contra-o-despejo-do-quilombo-rio-dos-macacos/>

<sup>15</sup> Moore, Carlos: Racismo e sociedade: Novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte, 2007.

<sup>16</sup> Boletim da ONG *Justiça Global* – Brasil publicado em 25 de julho de 2012. <http://global.org.br/programas/carta-da-conaq-e-do-conjunto-dos-movimentos-sociais-do-campo-e-da-cidade-contra-o-despejo-do-quilombo-rio-dos-macacos/>

As Instituições são: Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados(as) Federais; a Associação dos(as) Advogados(as) dos(as) Trabalhadores(as) Rurais (AATR); Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Crioula; Centro de Referência em Direitos Humanos (UFPB); Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN\BA); Dignitatis – Assessoria Técnica Popular, Quilombo Xis – Ação Cultural Comunitária; MPP – Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais; Articulação em Políticas Públicas do Estado da Bahia; Plataforma DHESCA-Brasil; *Justiça Global*; Terra de Direitos.

<sup>17</sup> <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/08/justica-determina-desocupacao-do-quilombo-rio-dos-macacos-na-bahia.html>

<sup>18</sup> Bernardet, Jean-Claude: Cineastas e imagens do povo. São Paulo 2003, P. 281.

<sup>19</sup> “A Força dos Gorilas“, é uma música dos rappers baianos (Victor Hagggar, Flip e Binho – Suspeito 1, 2, Big e Morris; Produzida e mixada por Victor Haggga).